do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da Lei Complementar nº 057/2006, de acordo com o que orienta a Súmula nº 003/2003 do CSMP, uma vez que a intervenção do Ministério Público foi suficiente para solucionar o objeto da demanda, não havendo mais razões que justifiquem a atuação do Parquet no caso concreto.

3.5.7. Processo nº 000027-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Manoel Gomes de Souza

Origem: PJ de São João do Araguaia

Assunto: Apurar denúncia de frequente o não comparecimento de professor para ministrar aulas na EMEF Osvaldo Mutran, prejudicando o rendimento escolar

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, DECIDIU pelo conhecimento e pela HOMOLOGAÇÃO da Promoção de Arquivamento do feito, nos termos do voto da Conselheira Relatora, nos termos do art. 23, da Resolução nº 010/2011-CPJ, art. 8º, VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da Lei Complementar nº 057/2006, de acordo com o que orienta a Súmula nº 003/2003 do CSMP, uma vez que a intervenção do Ministério Público foi suficiente para solucionar o objeto da demanda, não havendo mais razões que justifiquem a atuação do Parquet no caso concreto.

3.5.8. Processo nº 000411-112/2014

Requerente(s): M.G.M.G.

Requerido(s): Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA

Origem: 3º PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes de Trabalho da Capital

Assunto: Apurar a qualidade do atendimento quanto ao fornecimento da medicação de uso contínuo "Cloridrato de Cinacalcet".

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, DECIDIU pelo conhecimento e pela HOMOLOGAÇÃO da Promoção de Arquivamento do feito, nos termos do voto da Conselheira Relatora, nos termos do art. 23, da Resolução nº 010/2011-CPJ, art. 8º, VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da Lei Complementar nº 057/2006, de acordo com o que orienta a Súmula nº 003/2003 do CSMP, o órgão ministerial, visando assegurar proteção integral à saúde à pessoa com deficiência, empreendeu diversas diligências, obtendo a informação de que a requerente recebeu o medicamento supracitado, pela SESPA, conforme certidão anexada à fl. 49

3.5.9. Processo nº 001204-112/2015

Requerente(s): J.C.F.; F.P.C.S.

Requerido(s): Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA

Origem: 3º PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes de Trabalho da Capital

Assunto: Apurar a qualidade do atendimento dispensado a paciente idosa que necessitava de leito em Hospital especializado para realização de procedimento cirúrgico.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, DECIDIU pelo conhecimento e pela HOMOLOGAÇÃO da Promoção de Arquivamento do feito, nos termos do voto da Conselheira Relatora, com fulcro no art. 23, da Resolução nº 010/2011-CPJ, art. 8º, VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LC nº 057/2006, de acordo com o que orienta a Súmula nº 003/2003 do CSMP, uma vez que a idosa veio a óbito, trazendo com isso a perda superveniente do objeto, não havendo mais razões que justifiquem a atuação do Parquet no caso concreto.

3.5.10. Processo nº 000148-012/2016

Requerente(s): A Coletividade

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar supostas irregularidades no Concurso Público nº 01/2013 da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e NÃO HOMOLOGAÇÃO da Promoção de Arquivamento do feito, nos termos do voto da Conselheira Relatora, convertendo-se o julgamento em diligência, nos termos do art. 23, §3º, I da Resolução nº 10/2011 - CPJ, devolvendo-se os presentes autos à Promotoria de Justiça de origem, para que investigue eventual caso de nepotismo envolvendo a Vice-Prefeita e o assessor especial Rafael Gonçalves Leal, ou tome as providências de estilo, com os ulteriores de direito e, tendo em vista as informações de que servidores (serventes/dentistas) estariam sendo contratados de forma irregular, inclusive com denúncia de contrato temporário por mais de 10 (dez) anos, que seja recomendado, ou até mesmo firmado um TAC com a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins para que os cargos sejam providos por meio de concurso público, e caso necessário, seja aberto novo procedimento para apuração de tal fato em apartado.

3.5.11. Processo nº 000041-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Marituba

Origem: 3ª PJ Cível e de Defesa dos Demais Direitos Constitucionais Fundamentais, Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na aplicação de recursos do Fundo Municipal de Saúde de Marituba, exercício 2008.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO da Promoção de Arquivamento do feito, nos termos do voto da Conselheira Relatora, considerando o disposto na Súmula nº 002/2017-CSMP, por se tratar de questão já judicializada, devolvendo-se os autos à Promotoria de Justiça de origem para efeito de arquivamento; devendo, também, cientificar os demais interessados nos moldes do §1º, do art. 23, da Resolução nº 010/2011-CPJ.

Registrou-se a ausência justificada da Exma. Conselheira Leila Maria Marques de Moraes nos processos referentes aos itens 3.5.4 a 3.5.11

3.6. Processos de Relatoria do Conselheiro Luiz Cesar Tavares Bibas:

O Exmo. Conselheiro Dr. Luiz Cesar Tavares Bibas, por motivo de saúde, retirou de pauta os seus processos para que possam ser relatados em outra ocasião.

3.6.1. Processo nº 000017-906/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): E.E.F. Jardim de Deus

Origem: 6ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar suposta irregularidade no funcionamento dos serviços educacionais prestados pela E.E.F. "Jardim de Deus".

3.6.2. Processo nº 000088-012/2016

Requerente(s): M.M.S.F.

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Baião

Origem: PJ de Baião

Assunto: Apurar denúncia referente ao não repasse de verbas do programa de Tratamento Fora do Domicílio - TFD. Municipal.

3.6.3. Processo nº 000126-125/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Escolas Estaduais do Distrito de Icoaraci

Origem: 1º PJ Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci

Assunto: Apurar a ocorrência de reiteração de faltas injustificadas, evasão escolar, bem como elevados níveis de repetências nas escolas estaduais de Icoaraci e Outeiro.

3.6.4. Processo nº 000197-151/2015

Requerente(s): Associação Cidade Velha - Cidade Viva (CIVVIVA)

Requerido(s): Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar irregularidade pela não realização da posse dos membros do Conselho Curador do Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural de Belém - FUNPATRI.

O que ocorrer

A Conselheira Secretária Dra. Rosa Maria Rodrigues Carvalho comunicou que as Súmulas 001 e 003/2017/CSMP, já foram encaminhadas ao e-mail funcional dos Membros do Parquet, conforme solicitação da Conselheira Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo.

A Conselheira Secretária informou ainda, que na reunião administrativa, realizada em 20.02.2017, o Conselho Superior, ao aprovar o texto da Súmula 01/2017, que trata dos casos que não serão objeto de apreciação do Conselho Superior, se manifestou em revogar a Súmula nº 003/2003. Acontece que foi pautada a proposta de súmula e aprovada na 5ª sessão ordinária, realizada em 08.03.2017 e faltou ficar registrada a referida revogação. Portanto, trouxe o assunto, para que, se assim o Colegiado entender, decida pela revogação da Súmula 003/2003, que informa os procedimentos que são submetidos à revisão do Conselho Superior.

O Egrégio Conselho Superior acatou a solicitação da Conselheira Secretária, e à unanimidade, REVOGOU a Súmula nº 003/2003/CSMP e determinou que ficasse registrado em ata.

Belém-PA, 24 de março de 2017.

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior

Protocolo: 159745

EXTRATO DE PORTARIA Nº 020/2016/MP/1ªPJA

A 1ª Promotora de Justiça de Abaetetuba, torna pública a PORTARIA Nº 020/2016/MP/1ªPJA, encaminhada aos seguintes órgãos: a) PGJ, CAO Criminal, Corregedoria Geral do MP, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Abaetetuba, situada na Avenida São Paulo, nº 2072, bairro Aviação, CEP 68.440-000-Pará - Fone/Fax: (91) 3751-1177.

.Portaria: Visa apurar a denúncia oriunda do Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, protocolada sob o nº. 33458737, tendo como vítima M.S.

Abaetetuba/PA, 03/fevereiro/2017

Gerson Daniel Silva da Silveira - Promotor de Justiça

Protocolo: 159989

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

EXTRATO DE PORTARIAS

Nº	DATA	REFERÊNCIA
43/2017	17/03/2017	CONCEDER 30 DIAS DE FÉRIAS À SERVIDORA MÔNICA MARIA SIMÃO CORAL . (MAT. 000031)

Protocolo: 159593